

# Filomena Marona Beja

*trabalhou desde nova em documentação técnico-científica no Departamento de Construções Escolares, primeiro no Ministério das Obras Públicas, depois no Ministério da Educação. Mas aos 50 anos começou uma segunda vida: romancista. O seu primeiro romance foi As Cidadãs, que decorre no tempo da instauração da República. Pensámos que entrevistá-la seria uma forma de celebrar este centenário e também um bom ponto de partida para a conhecer melhor e à sua obra.*



Entrevista de **Maria Emília Brederode Santos** e **Rui Seguro**  
Fotografias de **Pedro Aperta**



# “Tenho três campas no Faial...” E assim nasceu um romance

## Porque escolheu o período da 1.<sup>a</sup> República para o seu primeiro livro?

Não sei porquê, mas sei como e onde comecei.

No final do livro está escrito “Horta 1996” e foi realmente lá que tudo começou. A minha família tem três campas no cemitério da Horta. O meu bisavô foi para lá desterrado pelo Sidónio. Eu tinha estado na Horta quando tinha 13 anos e os meus familiares – menos o meu bisavô – ainda eram vivos. Em 1996, voltei à Horta, fui ao cemitério e lá estavam as três campas. Uma delas era a única que, durante muitos anos, no cemitério da Horta, não tinha cruz: era a do meu bisavô, que tinha um triângulo. E pensei: vou contar a história desta gente e dos amigos desta gente. A história que eu ouvi sempre à minha avó, à minha bisavó, aos meus tios, a todos eles. Depois romanceei a partir do que tinha ouvido, de outras coisas que sabia ou em que acreditava. Foi o meu marido que começou a chamar àquilo “livro” e, quando estava pronto, ele e os filhos levaram-no a uma editora, que o publicou. Foi assim que tudo começou.

## A personagem principal, a Júlia, foi imaginada?

Sim e não. As mulheres da República eram assim. Conheci algumas, e desta, daquela e daqueloutra foi-se fazendo um somatório que deu a Júlia.

## Quem a inspirou?

A minha avó do lado da minha mãe, certamente. Contava-me muitas histórias, histórias de mulheres lutadoras. A mãe e a sogra dela, minhas bisavós, estiveram sempre em andanças de sufragistas. Elas viviam para os lados da Manutenção Militar, portanto já fora de Lisboa, que nessa altura só começava em Xabregas. Um dia vinham elas, com a Angelina Vidal e outras republicanas, disfarçadas de xaile e lenço na cabeça para uma manifestação. (Digo “disfarçadas” porque eram senhoras que só vinham à rua de chapéu. Quando foi do 25 de Abril e a minha avó me via ir para a rua de tamancos, contava-me como também elas se “vestiam” para as manifestações.) Vinham elas então por aí fora, meteram-se no eléctrico e quando chegaram a Xabregas, a guarda fiscal mandou-as parar acusando-as de fazerem contrabando de tabaco. Havia uma fábrica de tabaco perto. Tinham então que ser revistadas. Mas porque mulheres só podiam ser revistadas por uma mulher, tiveram de ficar o dia inteiro à espera da apalpadeira, que tardava em aparecer. Claro que perderam a manifestação. Nunca mais se esqueceram deste acontecimento e até ao fim da vida ouvi-as falar dos guardas fiscais que lhes tinham estragado a festa.

## Mas a República não tratou muito bem as mulheres?!

Não terá tratado tão bem como devia, mas depois também se perdeu muito do que apesar de tudo conseguiram. Claro que não conseguiram o direito de voto (à excepção do episódio da Carolina Beatriz Ângelo\*), nem uma certa independência dos maridos, como pretendiam ter, mas ganharam muito, por exemplo com a criação do registo civil. O registo civil foi muito importante para a legalização das uniões e dos filhos, sobretudo dos que nasciam fora do casamento e que assim acabaram por ter direitos de cidadão.

As mulheres não terão sido muito bem tratadas, mas depois amoleceram muito. Não consigo perceber como é que gente do tempo da minha avó dava murros na mesa porque não tinha direito a isto ou àquilo e à gente do tempo da minha mãe não fazia a mínima confusão, por exemplo, ter um passaporte apenso ao do marido! E o que é pior é que estão outra vez distraídas e a amolecer. Quem tem hoje 20 ou 30 anos sabe lá o que isto custou!

**As mulheres pareciam acreditar muito na educação. Que leitura faz da importância da escola nessa época?**

Era uma grande arma, arma que os republicanos antes da República já estavam a desenvolver. Esta escola para onde viemos fazer esta entrevista – a Escola Oficina N.º 1\*\* – era tanto para rapazes como para raparigas, era uma escola mista, e era uma escola laica. Recebia rapazes e raparigas que, além de serem instruídos curricularmente, também o eram na prática, aprendiam a fazer coisas, a gerir a própria escola – enquadrados por alguém que sabia o que estava a fazer, Adolfo Lima, claro – e assim eram responsabilizados, e isto fazia parte não só da instrução como da educação. Era o que se esperava que a educação do futuro viesse a ser.

**Num balanço geral, qual foi o contributo da República para a educação, para a cidadania, para a cultura?**

A República durou 16 anos... Se nos lembrarmos de que a democracia do 25 de Abril já vai em quase 40!

O pouco que se avançou esbarrou numa coisa terrível, que foi a guerra. Nos primeiros anos houve imensas leis, imensa legislação importante e bem feita, mas que faltava pôr em prática. Depois não foi possível porque os recursos se perderam com os custos da guerra. Em 1926 havia no Ministério da Instrução uma série de projectos de arquitectura de escolas primárias para construir em todo o País. Algumas foram construídas, mas se se tivesse conseguido levar tudo avante, teríamos hoje um grande parque escolar que agora podia ser convertido nos tais grupos escolares e nas tais escolas centrais que já estavam previstas na República.

**Sabemos que a sua formação não tem nada a ver com literatura.**

**Como começou este gosto pela escrita?**

É uma história que teve altos e baixos. Formei-me na Faculdade de Ciências de Lisboa, e nunca me passou pela cabeça ir para a Faculdade de Letras. Talvez pudesse ter ido para arquitectura, mas eu não sabia o que era verdadeiramente arquitectura. Fui para Biologia com a ideia de fazer investigação. Mas quando terminei houve a possibilidade de ir para um grupo de construções escolares que trabalhava para o Projecto Regional do Mediterrâneo.

**Então foi para investigação documental?**

Sim e gostei muito. Durante os dois primeiros anos trabalhei então para a OCDE. Esse serviço foi extinto e, no princípio de 1970,



depois do nascimento da minha segunda filha, voltei a trabalhar e fui para a Direcção-Geral das Construções Escolares, no Ministério das Obras Públicas.

**E foi aí que se ligou às construções escolares e aos edifícios?**

Quando os arquitectos e os engenheiros deixaram de precisar dos documentalistas como intermediários e passaram a ir directamente à Internet, comecei a ficar apaixonada pelos arquivos. De facto, as escolas como edifícios são como as nossas casas, e é de extrema importância para que o que lá se passe corra bem. Admirei muito os arquitectos que trabalharam na construção escolar, vi muito os trabalhos deles em projecto ou já feitos, e foi uma coisa que sempre me interessou. Esses edifícios contam uma história!

**Quando entrámos nesta sala da Escola Oficina N.º 1 comentou que os quadros deveriam ser de origem, devido à altura a que estavam colocados. Pode explicar-nos melhor?**

Estão a uma altura a que as crianças chegam, não é preciso subirem a um estrado. Era um salão grande e havia uma série de quadros nas paredes que permitiam formar grupos, o que estava muito de acordo com a pedagogia desta escola. Os alunos estavam num espaço onde todos conviviam, mas formavam grupos, segundo os seus interesses ou conhecimentos, em frente de cada lousa. Isto era importante porque evitava que tivessem cadernos de papel – nessa altura o papel era caro. Quando não estava bem, apagavam, em vez de rasgarem e deitarem



fora. Nesta altura já se recolhia o ensinamento de dois pedagogos – João de Deus e o filho, João de Deus Ramos – que sabiam que a escola tinha de ser feita de acordo com a idade e a mentalidade das crianças para que estas se sentissem em casa e não se sentissem agredidas por equipamentos que lhes eram desproporcionados. Os próprios edifícios da rede de escolas João de Deus foram assim projectados pelo arquitecto Raul Lino. Depois foi o Arq.º Adães Bermudes que, em 1900, fez o primeiro projecto interdisciplinar de escolas primárias, com que ganhou a medalha de ouro na Exposição Universal de Paris, e que foi depois cá implementado com a República. O Arq.º Adães Bermudes era todo republicano e trabalhava em conjunto com um pedagogo e um médico em equipas interdisciplinares.

#### **E em relação ao mobiliário?**

Os arquitectos, quando falam de mobiliário, dizem o equipamento fixo e o móvel. Aqui o equipamento fixo será o quadro e esta importante fita métrica é um equipamento móvel. Quando se começa um projecto de arquitectura, nem que seja uma casota para um cão, pergunta-se o que se vai lá fazer? O cão vai comer um osso, portanto tem de haver um sítio para colocar o osso. Os arquitectos começam com o que se prevê que se vai pôr lá dentro e só depois é que projectam o resto da casa. Le Corbusier explica isto muito bem na Carta de Atenas.

#### **Por que é que a fita métrica era importante?**

O sistema métrico era a normalização, era o progresso. Era tão importante como tinha sido

a numeração árabe no tempo de Pedro Nunes, no século XVI. Na altura houve um conflito entre o Pedro Nunes, que era o cartógrafo-mor do reino, e os pilotos, tendo ele chegado a ameaçá-los de não lhes dar cartas de marear se não soubessem usar a numeração árabe. Eles não queriam porque não era cristã, mas sem a numeração árabe não era possível chegar à base 10. O sistema métrico chegou a ser imposto na monarquia, mas na prática, só com a República foi implementado. As caixas métricas estavam sempre presentes no material didáctico das escolas da República e era muito importante para que os meninos se esquecessem das polegadas e da légua e passassem a falar de metros e quilómetros.

#### **Voltemos à escrita. Como foi criando o gosto pela escrita?**

Eu sempre escrevi. Outro dia, fiz umas arrumações e encontrei coisas que escrevi quando tinha 12 e 15 anos. Sempre escrevi e sempre gostei de escrever. Era muito difícil na altura publicar e também nunca tive essa ideia, embora fosse sempre escrevendo. Depois casei-me cedo e na altura a guerra colonial andava sempre a exigir-nos soluções rápidas. Tive quatro filhos e enquanto eles foram pequenos não tinha tempo para muita coisa, só tinha tempo para o serviço, e quando havia um trabalho de investigação para publicar, eu escrevia. Fiz um primeiro livro no Ano Internacional da Criança, que se chamou *Vamos Falar de Escolas* – uma série de conversas com gente a falar da escola que tinha frequentado. Depois surgiu o projecto *Muitos Anos de Escolas*, que foi um levantamento arquitectónico das escolas desde o seu início até aos dias de hoje e para o qual precisava de uma grande investigação. Mas ao mesmo tempo que eu investigava e ia tendo rigor naquilo que ia escrevendo nos *Muitos Anos de Escolas*, ia encontrando coisas engraçadíssimas: notícias, zaragatas, opiniões de certas pessoas, coisas que irão depois aparecer em *As Cidadãs* e noutros livros. A dada altura, disse: “Estou tão farta de escrever coisas certas e obrigatoriamente verdadeiras que tenho de começar a contar mentiras!”

### A sua escrita nos romances é diferente da escrita de investigação

Pois, eu sempre tive esses dois registos. Um em que tinha de ser certinha e outro em que já podia fazer as minhas maluqueiras. Cheguei à conclusão de que para se escrever são precisas duas condições: uma é ter alguma coisa para dizer e a outra é escrever de maneira que se perceba, embora não sendo obrigatoriamente vulgar. E uma das razões por que não escrevi quando tinha 18 ou 20 anos e tinha tempo foi justamente porque tinha pouco para dizer, e quando comecei a ter alguma coisa para dizer estava tão ocupada que não consegui escrever.

Depois tudo mudou, mas para ser bem dito também tinha de amadurecer a forma de escrever, e é por isso que só quando na ilha do Faial as três campas na cidade da Horta



me emocionaram é que eu comecei a pensar em escrever *As Cidadãs*.

### O seu livro *A Cova do Lagarto* trouxe-lhe notoriedade, com o prémio da APE, e aborda uma personalidade inesperada

*A Cova do Lagarto* tem a ver com o Eng.<sup>o</sup> Duarte Pacheco. Nos princípios dos anos 80, estava eu nas construções escolares, entra um dia pela porta dentro a Margarida Accioli, da Fundação Gulbenkian, que andava a virar tudo do avesso para encontrar peças originais dos anos 40 porque iria haver uma exposição sobre a arte em Portugal desse

tempo. Fomos ao Liceu Gil Vicente, e ao mesmo tempo que a ia ajudando e procurando, constatava que ia sempre ter à mesma pessoa: Duarte Pacheco. Quando eu descia às caves e vinha com calhamaços para cima, eram sempre coisas de Duarte Pacheco. E então com o Instituto Superior Técnico! Foi sem dúvida a obra da vida de Duarte Pacheco. Sem saber se algum dia escreveria sobre ele, fui sempre pesquisando e guardando, até que, quando pensei em reformar-me, disse: "Agora é que tem de ser!"

### Nos seus livros tem abordado temas e épocas muito diferentes

Tenho! O meu filho mais novo até me dizia outro dia que eu tinha feito uma trilogia do século XX: *As Cidadãs* aborda o princípio do século, *Betânia*, o meio do século, e *A Sopa*, o final do século XX.

*Betânia* é uma história que se passa do nascer ao pôr-do-sol do dia em que Salazar morre, em Julho de 1970. É o percurso de uma arquitecta que teria nascido por volta de 1935 e que portanto apanhou o pior do salazarismo, e fala-se da vida dela, como é que ali chegou, por que é que teve de dizer que não a algumas coisas, e ao que ainda vai ter de dizer não. *A Sopa* passa-se no fim do século XX, com a chegada dos imigrantes, com essa nova componente na nossa sociedade de uma série de gente que vinha lá de cima e que nos descobriu.

### No seu romance *A Sopa* nota-se que os problemas sociais são uma das suas principais preocupações

Isso tem a ver com a minha formação. Eu não tenho uma componente filosófica muito intensa, sou uma autodidacta nessa área. O que me leva a ter essas preocupações é observar o que me rodeia. Há uma coisa muito importante: ou se escreve sobre aquilo que se conhece ou então o melhor é estar quieto. É muito mau falar daquilo que não se sabe.

### O seu estilo é muito cinematográfico: ritmo rápido, frase curta, acções paralelas... Acha que o cinema a influenciou?

Conscientemente, não. Mas é verdade que gosto muito de cinema... Acho que a imagem visual é aquilo que se pode

dizer “fiel e verdadeira” e que a imagem escrita é outra coisa, mas ser simples, ser curto, deixar espaço à pessoa para encontrar a sua própria solução é importantíssimo. Isso sem nunca abdicar de me fazer entender. O que eu quero dizer está lá e as pessoas percebem. Sobre a minha maneira de escrever, uma amiga contou-me uma conversa que considero um grande elogio. Uma colega estaria a hesitar ler um dos meus livros: “Eu queria ler, mas dizem que ela é muito estranha a escrever, complicada...” E a outra respondeu: “Sim, não é fácil, mas também não é chata!” Fiquei muito contente com esta descrição. ::

\* Carolina Beatriz Ângelo (1877 – 1911) é conhecida sobretudo por ter sido a primeira mulher que votou em Portugal (nas eleições de 1911) e uma das primeiras no Mundo. Foi médica, lutadora pela causa republicana e sufragista. A nova lei eleitoral de Março de 1911 dispunha “que eram eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, sabendo ler e escrever e sendo chefes de família”. A médica Carolina Ângelo, sendo já viúva e portanto chefe de família, interpretando o masculino “cidadãos” como fórmula universal referente a ambos os sexos, requereu a sua inscrição nos cadernos de recenseamento eleitoral. Recusada essa pretensão na Comissão de Recenseamento do 2º Bairro, recorre ao tribunal – no meio de grande clamor na imprensa da época – onde o juiz João Baptista de Castro, pai da feminista Ana de Castro Osório, profere decisão favorável. Vota para a Assembleia Constituinte no meio de palmas, gritos e fotografias. Morre pouco depois, com apenas 33 anos, deixando uma filha que viria a ser uma notável professora de Filosofia no Liceu M<sup>a</sup> Amália Vaz de Carvalho, por sua vez mãe do conhecido advogado defensor de presos políticos durante a ditadura Jorge Humberto Fagundes.

Ver Tavares da Silva, M<sup>a</sup> Regina, *Carolina Beatriz Ângelo (1877- 1911)*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, colec. Fio de Ariana, 2005.

\*\* Para saber mais sobre esta extraordinária escola, ver o exaustivo e importante estudo de António Candeias, *Educar de outra forma: a Escola Oficina n.º 1, 1905 – 1930*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1994.

## PERFIL

Filomena Marona Beja nasceu em Lisboa em 1944. Frequentou o Liceu Francês e licenciou-se na Faculdade de Ciências de Lisboa.

Comenta estes factos dizendo: “Não costumo dar grande relevância à parte puramente académica. Para mim é importante o Liceu Francês, pelo que me proporcionou de liberdade e autogestão. E uma formação científica que

me distanciou da cultura ‘livresca’, tão comum na época em que fui rapariga.”

Trabalhou em Arquivos e Documentação no Ministério das Obras Públicas, num departamento depois integrado no Ministério da Educação. Já nessa altura os seus relatórios surpreendiam. Participou na publicação de três volumes (em português e em inglês) de um estudo sobre os edifícios escolares em Portugal intitulado *Muitos Anos de Escolas*. Ocorreu isto em meados dos anos 80. Mas a partir dos anos 90 lançou-se nos romances e parece ter-lhe tomado o gosto.

Depois de um primeiro livro em 1996, *As Cidadãs*, publicou *Betânia* (2000), *A Sopa* (2004) – com o qual ganhou o Grande Prémio de Literatura DST –, *A Duração dos Crepúsculos* (2006), *A Cova do Lagarto* (2007) – galardoado com o Grande Prémio de Romance e Novela da APE / DGLB – e, já em 2010, *Bute daí, Zé!*

Com eles podemos conhecer desde Júlia, uma educadora que vive e luta pela implantação da República, até ao assassinato de José Carvalho após o 25 de Abril, passando pela chegada de judeus refugiados da II Grande Guerra, pelo acidente que matou Duarte Pacheco, pelo dia da morte de António de Oliveira Salazar ou ainda pela transformação de Portugal em país de imigrantes.

